



Intervenção do Deputado Aires Reis, na Assembleia Regional, proferida no dia 12 de Maio de 2004, sobre a metodologia que está a ser utilizada pelo Governo Regional na discussão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de São Jorge.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional.

Todos os senhores Deputados e membros deste Governo Regional têm conhecimento de uma grande preocupação com que os jorgenses se estão a confrontar neste momento.

Trata-se da proposta de Plano de Ordenamento da Orla Costeira da ilha de São Jorge, que se encontra actualmente em fase de discussão pública.

Cumpre-me portanto trazer este assunto a esta Assembleia tentando traduzir o sentimento generalizado das populações – não nos aspectos muito específicos do Plano pois isso não está em discussão nesta Assembleia, mas na fase em que nos encontramos, entendo que devem ser feitas algumas considerações sobre a metodologia que está sendo utilizada na sua discussão pública.

Gostaria antes de mais de referir que todos nós acreditamos, e os jorgenses em particular também acreditam e aceitam, como não podia deixar de ser, que devem existir regras fundamentais de protecção do nosso património e de forma particular do nosso ambiente.

Por isso aceitaram regras que definem alguns parâmetros no que respeita a ampliações e recuperações de imóveis nas nossas fajãs e também para a introdução de novos elementos no património edificado.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, todas as regras devem ser, no mínimo, exequíveis.

Na realidade todas as normas que nos são impostas, que tenham origem em fundamentalismos, nunca são bem aceites e muito raramente se conseguem pôr em prática.

As regras devem ir ao encontro do sentimento das populações para poderem merecer o seu respeito e a sua atitude colaborante.

Ora, Senhor Presidente e senhores Deputados, o que está a acontecer com o POOC é precisamente o contrário do que deveria ser feito, ou seja, este documento está a ser elaborado de costas voltadas para as pessoas.

Como é possível que um Governo Regional apresente e defenda numa sessão de esclarecimento, um documento com tamanhas restrições que chegam mesmo a pôr em causa a vivência das nossas comunidades?

Como é possível que apenas tenham tido em conta determinados aspectos técnicos, esquecendo outros, igualmente técnicos, como por exemplo a relação entre as nossas comunidades e as suas fajãs.

Pode-se constatar que os aspectos sócio-culturais não foram tidos em conta. Tal como outros igualmente relevantes como a importância das fajãs na economia familiar das nossas comunidades.

Esta proposta de Plano, a ser aprovada, seria para São Jorge uma afronta às suas populações e um enorme travão ao seu desenvolvimento sustentado.

Cumpre-me portanto deixar nesta Assembleia um apelo sincero ao Governo Regional, em nome dos jorgenses, para não aprovar este documento com tamanhos condicionalismos e até mesmo repensar a forma como está a tratar este assunto.

Este processo deve ser conduzido com maior sensibilidade, com menos erros, e com maior abertura para aceitar as razões e os protestos fundamentados das nossas populações e inclusivamente das nossas autarquias.

Acho inconcebível que as autarquias não sejam chamadas a manifestar a sua posição política sobre esta matéria.

Parece-me também descabido que a aprovação deste tipo de documentos não seja feito nesta Assembleia, mas sim e apenas pelo Governo Regional.

Não será estranho também que os convites que são dirigidos às pessoas para participarem nas sessões de esclarecimento sejam sistematicamente enviados em cima do acontecimento, por vezes no próprio dia, como sempre aconteceu em São Jorge e ontem mesmo voltou a acontecer?

Estes convites ou têm chegado de véspera, ou no dia, ou ainda, como tem acontecido, entram em casa das pessoas no dia seguinte à sessão.

Apesar dos alertas feitos para evitarem estas situações, a verdade é que continuam a cometer estes erros que considero fatais para a aceitação do documento definitivo por parte das pessoas.

Afinal o que se passa Senhor Secretário? Porque não aceitou as sugestões do Conselho de Ilha de São Jorge? E agora como vai fazer?

Permita-me uma sugestão. Suspenda imediatamente este Plano e aceite as indicações que lhe têm sido dadas por nós e por outros autarcas.

- Agende mais sessões de esclarecimento e inclua as zonas do Topo e do norte da ilha.
- Permita uma boa e exaustiva divulgação dessas sessões.
- Não esconda um documento que vai condicionar a vivência das nossas comunidades.
- E por fim, aceite as inúmeras sugestões que as pessoas e as autarquias locais têm para lhe dar.

O Plano de Ordenamento da Orla Costeira só vai ser um documento importante se for exequível, e só o vai ser, se tiver sido elaborado com a colaboração das pessoas e não nas costas das populações.

Disse.